
Encontros coreografados: os espaços públicos e sua ressignificação durante a pandemia de Covid-19

*Evandro Ziggiatti Monteiro
Melissa Ramos da Silva Oliveira
Caroline Ferreira Leite de Mello
Mirela Soares França*

Introdução

Com a pandemia de corona vírus (COVID-19) no início de 2020, por determinação das autoridades de saúde e políticas, pessoas do mundo inteiro se viram fortemente encorajadas e até mesmo obrigadas a permanecer em suas casas em quarentena, não utilizar os espaços públicos e evitar o contato com outras pessoas, principalmente em aglomerações. Por meses, serviços não essenciais foram fechados, atividades comerciais foram limitadas, o que deixou a paisagem das cidades completamente deserta. Isso ocorre em um momento em que há indícios de que os espaços públicos estão sendo mais valorizados e utilizados, tanto no Brasil quanto no mundo. Esses indícios podem ser reconhecidos em várias iniciativas e projetos, tais como a conversão de estruturas obsoletas em parques ou espaços de permanência; a renaturalização de córregos como espaços de lazer e a reabilitação de praças ou mesmo de vias para permitir apropriações ou o uso mais diversificado e prolongado. Como exemplos, temos o projeto para o High Line, de Nova Iorque, ou também, naquela cidade, a revitalização de Times Square; em São Paulo, o fechamento da Avenida Paulista e do Minhocão aos domingos para o uso público; e o caso de Seul, que desmontou uma via expressa e reviveu o córrego de Cheonggyecheon.

Nos primeiros meses da quarentena, devido ao pouco que se sabia do novo vírus, o trânsito de pessoas nas ruas, calçadas, parques e equipamentos ao ar livre foi limitado, e qualquer tipo de atividade que não fosse essencial foi proibida, como, por exemplo, o lazer e as práticas esportivas. Entretanto, com a estabilização da curva de conta-

minação em alguns países, são adotadas estratégias de flexibilização que incluem a abertura do comércio e a utilização do espaço público, ambas de forma controlada. O espaço público, externo e amplo, pelas suas características, diminui a possibilidade de contaminação comparado com os ambientes fechados, se obedecidos os devidos afastamentos e cuidados. A reabertura dos espaços públicos nesse novo contexto significa-lhes a atribuição de uma nova função, uma vez que se tornam espaços de excelência para as mesmas atividades em novas coreografias sociais que evitam o contágio.

O espaço público em 2020 é ressignificado, uma vez que a maioria das pessoas, durante a pandemia, desenvolvem, por meses, suas atividades e relações cotidianas no interior de suas casas. Nunca o espaço comum da cidade foi tão valorizado como agora. Seria essa valorização fruto somente da qualidade que o espaço público tem em abrigar diversas atividades coletivas no contexto epidêmico ou por ele despertar um sentimento de nostalgia de quando os humanos circulavam livremente? Será que isso significa que estamos diante de uma nova realidade no que diz respeito à conformação e papel do espaço público?

Discutir essa ressignificação dos espaços públicos é o objetivo principal deste texto. Apesar da sua indiscutível importância na estrutura das cidades, sua definição conceitual não é tão simples quanto o senso comum que o envolve. Portanto, para iniciar a discussão, é preciso traçar uma breve descrição do espaço público em sua dimensão teórico-conceitual.

Espaço público: a dimensão social da cidade

O espaço, como instância social, é definido por Santos (2009) como um conjunto indissociável entre um sistema de objetos e um sistema de ações. Para Lefebvre (1974), o espaço social concretiza-se a partir de três dimensões dialéticas: espaço vivido, percebido e concebido. Portanto, não está restrito ao seu aspecto material e físico. Ainda assim, ao qualificarmos um espaço como sendo público, o assumimos como uma instância social de natureza híbrida, considerando tanto sua materialidade quanto as ações sociais sucedidas nele (SANTOS, 1998). Ou seja, o espaço público não é somente um bem material de propriedade comum do povo, mas também um espaço onde atuam as diversas “esferas de vida”, definidas por Lefebvre (1991) como o

“contexto urbano” – local da vida cotidiana e de suas relações sociais imediatas.

Alguns pensadores defenderam a existência de uma desvalorização da esfera pública, um debate que remonta à sociedade capitalista industrial e urbana a partir do século XIX. Para Sennet (2015), o declínio do homem público e as transformações da vida pública deve-se à crescente valorização da esfera privada ou ao crescimento da esfera de vida comunitária, algo que não é um gesto autônomo dos indivíduos, mas sim um fenômeno produzido pelos processos estruturais e ideológicos da sociedade moderna.

No início do século XX, o caráter público das cidades se consolida por meio de relações diversas: uso das ruas como local de sociabilidade, e das praças como espaço das práticas culturais, sociais, políticas e comerciais. O ritmo acelerado de vida das grandes cidades transforma as ruas em corredores de fluxo de passagem intensa e anônima. As cidades passam a negligenciar o pedestre em função dos automóveis. Configura-se, assim, uma cultura do desprezo pelo espaço público. Porém, o espaço físico das ruas, das calçadas e dos edifícios não existe sem a prática da vida. Na década de 1960, Jane Jacobs (2014) evidenciou a importância da cidade como ponto de encontro e criticou o urbanismo moderno com as provocações expostas em seu livro *Morte e vida das grandes cidades*.

A transformação do espaço público em um local de consumo, movimento e passagem e a diminuição das relações sociais, caracterizam o que Marc Augé (1997) definiu como “não-lugares”, nos quais não se tem tempo para estar/permanecer. Configura-se um mundo de imagens passageiras, relações diretas de solidão e ausência de pertencimento. A sociedade capitalista permite que o indivíduo pós-moderno garanta sua total liberdade ao mesmo tempo que o condiciona ao isolamento (SENNET, 2015). Condição esta que inibe os habitantes de sentirem o meio no qual estão inseridos e de se relacionar com as outras pessoas. Desse modo, o espaço onde predomina a liberdade do indivíduo, conjuntamente com o anonimato e a solidão, são não lugares: sem identidade, sem relacionamento e sem história.

A partir dos anos 1980 e 1990, com a globalização do capital (SANTOS, 1994) e a terceira revolução moderna (ASCHER, 2010), novas formas de produção do território se consolidam e produzem um espaço urbano generalizado, fragmentado e socialmente desigual. O embate entre global x local valoriza a escala do lugar e as práticas

sociais locais. Segundo Queiroga (2003, p. 243), os espaços voltados para a vida pública adquirem importância vital como “campo de resistência” e de novas alternativas à globalização, o que incentiva a retomada e a ocupação do espaço público. Nesse contexto, Queiroga (2003, p. 243) destaca a “metaformofose”, e não o declínio, da esfera da vida pública. A “sociedade em rede” (CASTELLS, 1999), a popularização da Internet e das redes sociais conceberam novas dimensões para a esfera pública. A insurgência de grupos ou coletivos de pessoas que utilizam o espaço público como campo para desenvolver ações se torna cada vez mais comum. Em algumas cidades o ativismo comunitário converte terrenos abandonados em parques de bairro. Em diversas áreas centrais, comunidades de imigrantes trazem nova vida às ruas. Diante dessas insurgências, Banerjee (2001, p.17) pergunta: “Será que seria este o princípio de um movimento pela retomada do espaço público na escala da comunidade?”.

O espaço público contemporâneo: individualismo e complexidade

O desenrolar da terceira revolução moderna e suas especificidades para o campo do urbanismo configuram o que Ascher (2010) denominou de “Neourbanismo”, caracterizado por uma sociedade mais racional, mais individualista e mais complexa. Nesse novo urbanismo “a sociedade se estrutura e funciona como uma rede, ou melhor, como uma série de redes interconectadas, que asseguram uma mobilidade crescente de pessoas, bens e informações” (ASCHER, 2010, p. 45). Com o desenvolvimento de novas ciências e tecnologias, o espaço urbano passa a não ter limites e opera em função dessa rede global de fluxos, transformando lugares em não lugares. Para Mongin (2009, p. 67), esse “novo espaço urbano” abandona o modelo centro-periferia e o centro pode estar por toda parte, em comunicação real ou virtual com outros lugares. “Cada ponto local implica a rede global: reciprocamente, esta não é nada sem a multiplicidade dos sítios singulares” (MONGIN, 2009, p. 67). À vista disso, o autor fala da importância de pensar a cidade contemporânea de outra maneira e reencontrar o próprio sentido da experiência urbana.

Existe um processo de transformação de “fazer a cidade” para “viver a cidade”. Novos projetos, tanto arquitetônicos quanto urbanos,

ainda surgirão. No entanto, a reinvenção das estruturas urbanas existentes será predominante (KARSSENBERG et al., 2015). Esse “viver a cidade” é apoiado na transformação da cidade moderna. Algumas novas teorias sugerem a “cidade ao nível dos olhos”, o que protagoniza o espaço público, colocando-o como a espinha dorsal dos planos de desenvolvimento. O planejamento deve considerar a experiência do pedestre, com toda sua complexidade comportamental e emocional. Segundo Gehl (2013), as pessoas sempre foram as maiores atrações das cidades. Ao longo da história os espaços urbanos ganharam e perderam lugar de importância na vida cotidiana. Gehl (2013) insiste na importância de uma cidade para as pessoas, que tem como característica principal ser cheia de vida. Depois de quase 50 anos em que a dimensão humana foi negligenciada, existe atualmente a necessidade de resgatar a vitalidade urbana, dentro de uma proposta de planejamento que priorize e valorize o uso do espaço público através de sua ressignificação. A apropriação desse espaço pode trazer autonomia às pessoas e possibilitar a reutilização da cidade.

Dentre os diversos usos que foram perdidos e retomados na atualidade destacam-se a utilização do espaço público como exercício de política, como prática de lazer e local de manifestações culturais:

a) *Como exercício de política*: em 2013 houve uma grande onda de protestos com as manifestações dos “vinte centavos”, um movimento contrário ao aumento da tarifa do transporte público. Essas manifestações levaram a população para a rua, num movimento de reocupação do espaço público como local político. Não se via uma movimentação com essas proporções desde o movimento das “Diretas Já” em 1984 e o movimento dos “Cara Pintada” pelo *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor em 1992 (GOHN, 2016, p. 128). Os “Protestos de Junho”, como ficaram conhecidos, demarcaram a inclusão de novas formas de ativismo, que alcançou níveis internacionais, através das comunidades brasileiras espalhadas pelo mundo. Segundo Gohn (2016), a estimativa é de que mais de 1 milhão de pessoas saíram às ruas no Brasil ao longo do mês de junho de 2013. O protesto, inicialmente focado no aumento das tarifas de transportes coletivos, foi ampliado com outras demandas do serviço público, como educação, saúde e segurança pública. Em março de 2015 ocorreram manifestações de caráter mais político, acerca dos eventos ligados ao *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Toda essa movimentação ocorreu em espaços públicos, sejam eles vias ou praças, que foram apropriados

como espaço de política e de troca de opiniões. “A rua como espaço de encontro e de diálogo entre os diferentes, é algo fundamental para a construção de uma cultura de tolerância” (MAZIVIERO e ALMEIDA, 2017, p. 5).

b) *Como uso para o lazer e manifestações culturais*: a partir da necessidade de espaços de lazer urbano, diversos grupos coletivos se mobilizaram para a apropriação de espaços antes esquecidos, ou que não privilegiavam a escala humana. Nesse aspecto, destacam-se dois exemplos: o Largo do Batata e a Avenida Paulista. O primeiro – a reconversão do Largo do Batata, fruto da Operação Urbana Faria Lima de 1995 – tinha como objetivo melhorar as condições do espaço público. A intervenção, entregue em 2013, deixa a desejar, pois torna-o um espaço vazio cimentado e árido, que não possui sombreamento e nem mobiliário urbano convidativo à permanência das pessoas. A partir do descontentamento popular, surge, em 2014, o movimento “A batata precisa de você”. O movimento busca reviver o largo como espaço de convivência e não somente de passagem, idealiza a utilização como espaço de lazer para viver a cultura e a arte, transformando o “até então não lugar, em um lugar” (BENATTI, 2018).

O segundo exemplo – a Avenida Paulista – é ressignificada como um grande espaço público em 2013 com o movimento “Se a Paulista fosse nossa”. Várias pequenas ações de utilização da avenida emergiram com o objetivo de transformá-la em um local de encontro e prática de atividades físicas, culturais e de lazer. Em julho de 2015 inaugura-se a ciclovia ao longo da avenida, com função limitada ao lazer, já que não se articula a uma rede cicloviária. Essa prática executada na Avenida Paulista influencia na aprovação do Programa Ruas Abertas em 2016, no qual 32 ruas se tornam uma opção de lazer, cultura e esporte (BENATTI, 2018). O projeto “Paulista Aberta” simboliza a conquista de um grande espaço público para o pedestre, no coração da metrópole. Desde então funciona como uma retomada do espaço público nos finais de semana e feriados. Em ambos exemplos se verifica a valorização do espaço público por meio da apropriação e dos movimentos sociais.

Estas primeiras duas décadas do século XXI foram marcadas por um espaço público ainda contraditório e desigual, que evidencia as individualidades exacerbadas em meio às diversidades complexas. Entretanto, consolida-se como um ambiente de extrema intensidade das manifestações sociais, dos fluxos, dos usos. De certa forma, o

espaço público ganha protagonismo na dinâmica urbana, superando os estigmas da era do automóvel. Nem sempre, e muito menos em todas as cidades, podem ser considerados como espaços bem desenhados e asseados, mas com certeza têm se tornado mais apropriados, mais vivos.

Contraposto a esse espaço público preenchido e revivificado, os ambientes surgidos no contexto da pandemia são a sua imagem antagônica. Espaços desertificados e inertes, quase esquecidos. Aos poucos, conforme as autoridades e a população começam a se familiarizar com as necessidades impostas para evitar a propagação da epidemia, traduzidas em parâmetros espaciais, surgem novos hábitos. Novas formas de deslocamento, ou de fazer fila, ou de ficar parado numa praça promovem novos arranjos espaciais e formas de convivência social. Esses novos padrões têm sido chamados, desde então, de “as novas coreografias sociais”.

O espaço público pós-pandêmico: encontros coreografados

As novas coreografias sociais, oriundas do contexto pandêmico, chamam a atenção para uma nova forma de entender e conformar o espaço ao redor de todo o planeta. Nesse sentido, destacam-se as atividades do escritório de Jan Gehl (2020). A sua equipe analisa quatro cidades dinamarquesas com o objetivo de entender como as ruas e os espaços públicos são apropriados pelas comunidades durante o período do confinamento. A pesquisa evidencia uma adesão muito forte por parte da população em relação às medidas tomadas pelo governo para combater a doença. Em Copenhagen, por exemplo, a utilização dos espaços públicos aumentou comparado ao período pré-COVID 19. O fato surpreende, pois nos faz refletir sobre a capacidade adaptativa e resiliente, que podem ser consideradas qualidades adicionais dos espaços públicos abertos. A recreação e a prática de exercícios nos espaços públicos se tornam mais constantes. Locais que já possuíam equipamentos como *playground* e academia ao ar livre se tornam ainda mais populares, e a procura por espaços abertos se torna mais evidente. Novas atividades e formas de vida urbana são identificadas, mais crianças e idosos passam a utilizar o espaço público. Caminhar e pedalar tornam-se formas essenciais de mobilidade. Há

inclusive um aumento do número de pedestres, principalmente nas áreas residenciais.

O escritório de Jan Gehl repete o estudo na cidade de Nova York, um dos principais focos da pandemia de COVID-19 nos Estados Unidos. Assim como na capital dinamarquesa, também em NY foi observado que as pessoas continuam utilizando o espaço público para socialização, prática de exercícios e recreação, respeitando as medidas de distanciamento. O aumento do uso do espaço público para atividades de recreação e prática de exercícios pode ser atribuído, em parte, ao fechamento dos locais privados que desempenham essa função. Um grande desafio é a falta de espaço dedicado aos pedestres, havendo calçadas muito estreitas, ou divididas com filas para serviços essenciais como mercados e farmácias. A situação parece ser mais grave nos bairros mais pobres cujos espaços são ainda mais limitados.

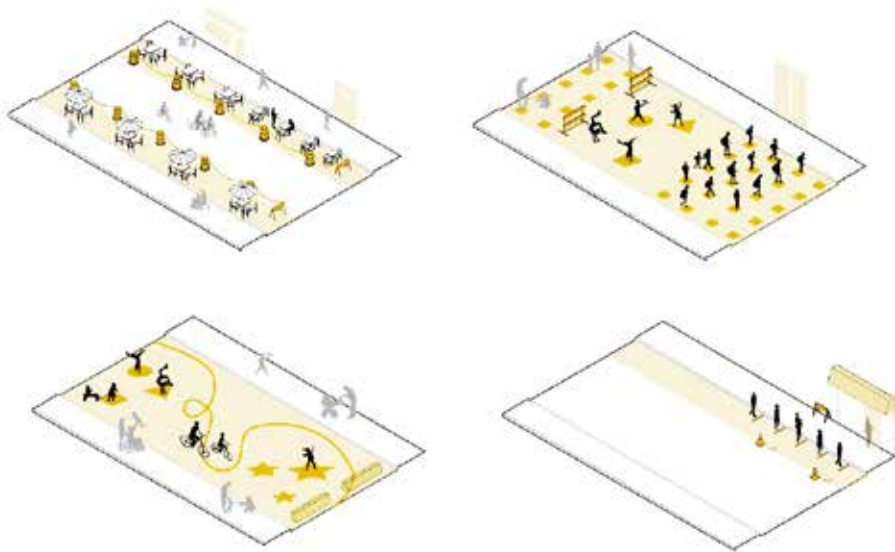
Os estudos feitos por Gehl (2020) evidenciam essas novas coreografias urbanas. Pensar e projetar os espaços públicos para um “novo normal”, exige estratégias coerentes com um mundo pós pandemia, provavelmente fundamentadas na dispersão e na flexibilidade, o que potencializa a grande qualidade dos espaços públicos, que reside na sua *openess*.

Outro estudo que se destaca é o da National Association of City Transportation Officials (NACTO, 2020) em parceria com a Bloomberg Philanthropies. A pesquisa objetiva fornecer estratégias detalhadas que podem ser utilizadas como resposta para redesenhar e adaptar as ruas de cidades ao redor do mundo para novos usos durante a pandemia e no período de recuperação. Os modelos de ruas propostos permitem diversas possibilidades, inclusive para serem utilizados no processo de reabertura das cidades, como suporte principalmente para os serviços considerados essenciais (Figura 1).

As cidades que veremos após a pandemia tendem a ser diferentes. O espaço público, incluindo as praças, as calçadas e as ruas, se apresenta como a base para a recuperação das cidades nos anos que virão. A COVID-19 alterou significativamente a vida dos habitantes das cidades ao redor do mundo, transformando os seus cotidianos, bem como suas relações sociais, econômicas e culturais. A tendência é que ocorram mudanças em todas as áreas. A forma como as pessoas trabalham e consomem produtos e serviços pode não ser a mesma após a pandemia. A intensificação dos serviços digitais pode ter impli-

cações tanto na demanda por diversas categorias de espaços físicos quanto no desenho dos espaços públicos e privados. Esse redesenho pode inclusive significar mudanças na natureza dos espaços públicos, tornando-os mais protagonistas numa sociedade digital, como locais de uso mais efetivo.

Figura 1: Estudos para extensão da calçada



Fonte: adaptado de NACTO, 2020, p. 6 e 7.

As transformações urbanas serão necessárias e vitais para o controle da pandemia. Espaços públicos de qualidade tendem ser adaptados de forma a permitir o distanciamento social, e eventuais novas práticas e apropriações. As calçadas, as praças e as ruas ganham um novo papel na vida urbana. É possível que tais transformações, engendradas no período da epidemia prencienciam a tão almejada revolução e renovação da vida pública e dos espaços abertos das cidades?

Considerações finais

Se num primeiro momento, as transformações, deflagradas pela pandemia, sobre as coreografias sociais e sobre o desenho dos espaços da cidade significou a adoção de padrões adaptados de forma impro-

visada, é de se esperar que, num segundo momento, evoluam para formas mais perenes. Vários padrões até recentemente amplamente aceitos e presentes em nossas cidades, agora não são mais tolerados.

Alexander et al. (2013) estudaram, nos anos 1960, uma série de padrões exitosos de conformações espaciais, desde ambientes interiores até as escalas maiores, do espaço urbano ao regional. Muitos dos padrões de Alexander são válidos até hoje, tais como “área externa coletiva” (padrão 67), “passeios tranquilos” (padrão 59) e “praças acessíveis” (padrão 60). Seus padrões refletem décadas de coreografias sociais isentas das questões com as quais nos deparamos agora. É natural, portanto, que diante dos desafios impostos por esta nova realidade, novos padrões possam ser gerados, com impacto significativo no desenho das nossas cidades, sobretudo num contexto pós-pandêmico. As calçadas estreitas, por exemplo, poderão ser objeto de redesenho em favor de vias compartilhadas, que priorizem novas vivências e sociabilidades. Esse padrão é, portanto, banido por dificultar o trânsito das pessoas. Oposto a ele, consagra-se o padrão da via compartilhada.

Em paralelo, a partir deste momento torna-se relevante lançar mão do conhecimento produzido na área de conforto ambiental urbano para efetivamente projetar espaços cuja qualidade busque níveis de excelência. As ruas, calçadas e praças do período pós-Covid das cidades devem ser plenas em suas configurações e mobiliários, incorporando as lições aprendidas sobre arejamento e dispersão. Ao mesmo tempo, sugerimos que não se perca de vista os avanços que os espaços públicos já têm logrado em alguns países, com materiais mais nobres e mobiliários mais bem desenhados e dispostos. O período pós-pandemia pode significar, paradoxalmente, um renascimento do espaço público, pois, confinados e resguardados em nossas casas, de repente descobrimos o seu incomensurável valor para a vida urbana.

Referências

ALEXANDER, Christopher et al. **Uma linguagem de padrões**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da sobre modernidade. Campinas: Papyrus, 2007.

BANERJEE, Tridib. *The Future of Public Space: beyond invented streets and rein-*

vented places. **Journal of the American Planning Association**, 67:1, 2001, p. 9-24, DOI: 10.1080/01944360108976352.

BENATTI, Nayara Araujo. **Redes e ruas**. Ocupações híbridas na cidade de São Paulo. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Carlos, p. 249, 2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GEHL, Jan (Org.) **Public space & public life during COVID 19**. Copenhagen, 2020.

_____. **Cidades para pessoas**. 2. ed. Tradução: Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

KARSSENBERG, Hans et al. **A cidade ao nível dos olhos: lições para os *plinths***. 2. ed. Tradução: Paulo Regal e Renee Nycolaas. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1974.

_____. **La production de l'espace**. 15. ed. Paris: Anthropos, 1974.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Revista Diálogo Educacional**, v. 16, n. 47, p. 125, 13 jul. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.7213/dialogo.educ.16.047.DS06>.

MAZIVIERO, Maria Carolina; ALMEIDA, Eneida. Urbanismo insurgente: ações recentes de coletivos urbanos resignificando o espaço público na cidade de São Paulo. **Anais XVII Enanpur**, São Paulo, 2017.

MONGIN, Olivier. **A condição urbana: a cidade na era da globalização**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

NACTO. National Association of City Transportation Officials. **Streets for pandemic. Response & Recovery**. Nova Iorque, 2020. Disponível em: [streets-for-pandemic-response-recovery](https://www.nacto.org/streets-for-pandemic-response-recovery).

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. O lugar da praça e do desenho: dois estudos de caso diante do Programa Rio Cidade. In: SCHICCHI, Maria Cristina; BENFATTI, Dênio (Orgs.) **Urbanismo: dossiê São Paulo-Rio de Janeiro**. Campinas: PUCCAMP/PROURB, 2003, p. 239-254.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo, SP: Edusp, 2009.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. Fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público**. As tiranias da intimidade. Rio de Janeiro: Record, 2015.